



**“Manejo sustentável de recursos florestais na
Amazônia Brasileira por meio de uma parceria
empresas / comunidades, no Estado do Pará”**

Projeto de Cooperação Técnica (PCT)

**Proponente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
Naturais Renováveis - IBAMA**

FEVEREIRO de 2005

SEÇÃO 1:

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 Título do Projeto

“Manejo sustentável de recursos florestais na Amazônia Brasileira, por meio de uma parceria empresas / comunidades, no Estado do Pará”

1.2 Duração Prevista

A duração prevista do projeto é de 36 meses.

1.3 Fonte Externa

A fonte externa é o Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM) que tem como papel co-financiar projetos inovadores de manejo sustentável de recursos naturais. O FFEM atua em 3 áreas específicas:

- Preservação da biodiversidade (1);
- Luta contra o efeito estufa (2);
- Preservação das redes hídricas (3).

O projeto se encaixa nos critérios (1) e (2) e adota assim a denominação de projeto “misto”.

A Diretoria Geral para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (DGCID), que pertence ao Ministério Francês das Relações Exteriores, encaminhará e apresentará o projeto ao Comitê de Pilotagem do FFEM. Esse Comitê é composto por representantes de vários ministérios franceses. O papel desse Comitê é analisar as propostas e selecionar os projetos a serem financiados pelo FFEM.

Dados da entidade :

Responsável técnico:	Marc Letrilliant
Endereço:	20 rue Monsieur – 75007 Paris – França
Fone:	(00 xx) 33 1 53 69 31 31
Email:	marc.lettrilliant@diplomatie.gouv.fr

1.4 Custo Estimado

O orçamento global previsto para o projeto é de 3.180.000 €, ou seja, 4.134.000 USD dividido da seguinte forma:

- Financiamento FFEM: 1.380.000 € (1.794.000 USD);
- Contrapartidas: 1.800.000 € (2.340.000 USD).

1.5 Entidade Proponente

A entidade proponente é o **IBAMA** (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), entidade autárquica de regime especial, com autonomia administrativa e financeira, dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede em Brasília, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, que tem como finalidades:

I - executar as políticas nacionais de meio ambiente referente às atribuições federais permanentes relativas à preservação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos ambientais e sua fiscalização e controle; e

II - executar as ações supletivas da União, de conformidade com a legislação em vigor e as diretrizes daquele Ministério.

O IBAMA será o beneficiário principal do projeto, o interlocutor do FFEM. A Instituição se compromete a impulsionar o projeto e nomear um coordenador geral para o projeto. O IBAMA se responsabilizará por repassar o financiamento do FFEM por intermédio de uma Agência Implementadora dos recursos, a qual receberá o valor integral do financiamento e repartirá os fundos entre os parceiros segundo o orçamento aprovado.

Dados da entidade

Presidente da Instituição:	Dr. Marcus Luiz Barroso Barros
Endereço:	SCEN – Trecho 2 – CEP: 70.818-900 – Brasília/DF
Fone:	(0xx) 61 316-10 01
Fax:	(0xx) 61 316-10 25
Email:	marcus.barros@ibama.gov.br

O responsável pela elaboração do projeto é o Diretor de Florestas, Antonio Carlos Hummel.

1.6 Entidades co-participantes

O projeto conta com a participação de 5 parceiros principais: Embrapa, IEB, ONFI, CIRAD e GRET. O papel de cada entidade está exposto abaixo.

Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)

A Embrapa é um parceiro técnico que atuará especificamente na definição do quadro técnico do projeto com peritos especialistas em manejo florestal.

<u>Responsável pela Embrapa:</u>	Dr. Osmar de Aguiar
<u>Cargo:</u>	Pesquisador
<u>Contato:</u>	(0xx 91) 299 47 18 / o_aguiar@cpatu.embrapa.br

IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil)

O IEB é uma ONG brasileira que atua notadamente na área de manejo comunitário de recursos naturais. Vale ressaltar que o IEB atualmente secretaria o Grupo de Trabalho sobre o Manejo Florestal Comunitário na Amazônia. Ele atuará na capacitação das comunidades.

<u>Responsável pelo IEB:</u>	Maria José Miranda Cabral Gontijo
<u>Cargo:</u>	Diretora Executiva
<u>Contato:</u>	(0xx) 61 248 7449 / mjgontijo@iieb.org.br

ONFI (Office National des Forêts International)

A ONFI é a filial da ONF (Office National des Forêts) dedicada a atividades internacionais. A ONF é um órgão público francês que cuida das florestas públicas no território nacional francês. A noção de florestas públicas inclui florestas do estado e dos municípios. A missão da ONF compreende a elaboração e a execução dos planos de manejo, além da fiscalização do uso dos recursos florestais. A ONFI tem um estatuto privado (# Ltda). A nível do projeto, a ONFI foi indicada pelo Ministério Francês das Relações Exteriores para coordenar a assistência técnica dos parceiros franceses. Ela atuará como supervisora, fortalecendo os vínculos do projeto com o MRE francês e o FFEM.

Responsável pela ONFI: Ambroise Graffin
Cargo: Assessor do gerente
Contato: (00 xx) 33 1 40 19 79 51 / ambroise.graffin@onf.fr

CIRAD – Departamento Florestas (Centre de Coopération Internationale de Recherche Agronomique pour le Développement)

O CIRAD é um órgão público francês que trabalha com pesquisas internacionais nas áreas de agricultura e floresta. Ele tem uma representação permanente no Brasil com vários pesquisadores. Já atuou em vários projetos de cooperação técnica no Brasil e possui notadamente uma parceria com a Embrapa no centro de Belém. No projeto, o CIRAD terá um papel técnico com a participação de peritos e estudantes internacionais de curto e longo prazo nas áreas de manejo florestal e de valorização da madeira.

Responsável pelo CIRAD: Plinio Sist
Cargo: Pesquisador
Contato: (0xx 91) 276 79 39 / sist@cirad.fr

GRET (Groupement de Recherches et d'Echanges Technologiques)

O GRET é uma ONG francesa com sede em Paris, reconhecido pelo governo francês e que possui parceria com o CIRAD. O GRET trabalha basicamente na área de manejo participativo de recursos naturais. Ele vem atuando no Brasil há mais de 15 anos, notadamente no sul do Pará, acompanhando os processos de colonização na Amazônia. Ele já tem um representante permanente em Santarém, ciente das problemáticas locais. O GRET intervirá, sobretudo, na capacitação das comunidades e no fortalecimento dos laços entre empresas e comunidades.

Responsável pelo GRET: Philippe Sablayrolles
Cargo: Pesquisador
Contato: (0xx 93) 523 34 32 / philippe@netsan.com.br

NB:

- a organização institucional do projeto está detalhada no item 2.4
- o detalhe da repartição do financiamento FFEM e das contrapartidas oferecidas pelos parceiros consta nas seções 5 e 6.

SEÇÃO 2:

JUSTIFICATIVA

2.1 Diagnóstico de Situação

Práticas de manejo e modalidades de acesso aos recursos florestais na Amazonia

Atualmente, na Amazônia existem dois processos legais de acesso ao recurso madeireiro, ou seja por meio de planos de manejo florestal e de desmatamento autorizado. A exploração madeireira na Amazônia ainda é uma atividade predatória majoritariamente ilegal. Estima-se que 80% das madeiras amazônicas são extraídas de forma ilegal, isto é, sem plano de manejo aprovado pelos órgãos ambientais competentes ou de desmatamentos autorizados. O fato de recorrer a este tipo de exploração não sustentável se explica por vários fatores intrincados:

- A busca de substancial benefício em curto prazo. No estudo “Amazônia sustentável, 2000”, o Imazon avalia em 122% o TIR da exploração predadora, enquanto que o da exploração sustentável de recursos florestais seria só de 71%;
- Uma falta de confiança no futuro. A situação fundiária freqüentemente indefinida e as numerosas modificações nas regras de manejo não encorajam as empresas madeireiras a apostar no futuro;
- A floresta é considerada uma fonte abundante, quase inesgotável, além de milhões de metros cúbicos disponibilizados pelo desmatamento autorizado ou não.
- A burocracia do processo de manejo comparada ao desmatamento.
- As constantes ameaças que pairam sobre uma propriedade com floresta (não desmatada), seja de invasão, seja de uma desapropriação no âmbito da reforma agrária.
- O valor fundiário mais elevado de uma terra desmatada em relação ao de uma área de floresta, algo que é inclusive reconhecido pelos organismos financeiros.

FLORESTA NATURAL					
Autorização de desmatamento		Plano de manejo florestal ou Autorização de exploração			
< 150 ha	> 151 ha	Floresta Particular		Floresta pública	
Vol. máx /ha = 30 m ³	Plano de exploração florestal com inventário	Plano de manejo florestal comunitário	Plano de manejo florestal de empresa		Concessão ou licitação pública
			< 500 ha	> 501 ha	
			Plano simplificado	Plano completo	

Formas de acesso ao recurso florestal na Amazônia Legal

Na Amazônia brasileira, os desmatamentos são autorizados em no máximo 20% da superfície total de uma propriedade. Para garantir a reconstituição do recurso florestal, a lei prevê que o explorador deve plantar 6-8 mudas por m³ de madeira colhida. No entanto, esta obrigação é pouco ou nada respeitada. Na prática, o controle dos desmatamentos é falho. Um estudo recente do IBAMA (2002) realizado entre 1997 e 1999, com a participação do INPE, indica que somente 20% dos desmatamentos observados no contexto amazônico são autorizados. No Estado do Pará, esta taxa não chega a 2% : em toda a Amazônia, é o estado que apresenta a maior taxa de desmatamento sem controle.

	ÁREA AUTORIZADA (HA)	ÁREA DETECTADA (HA)	%
Estado do Pará	22 740,79	1 507 900,00	1,51
Total Amazônia	968 718,43	4 753 600,00	20,38

Comparação área autorizada (IBAMA) e área detectada (INPE) para os desmatamentos na Amazônia (1997-1999)

As legislações sobre os planos de manejo florestal têm por base os seguintes princípios:

- Elaboração de um plano de manejo global da floresta, que corresponde na realidade a um macrozoneamento realizado a partir de imagens de satélite e de verificações em campo;
- Elaboração de planos de manejo anuais que incluam inventários em 100% das árvores cujo diâmetro ultrapassa 45 cm. Esses são os inventários chamados de exploração;
- Estabelecimento da frequência de exploração numa faixa de 20-30 anos.

A partir do fim dos anos 90, houve bastante progresso na legislação florestal brasileira e, às vezes, as modificações acontecem de forma tão rápida que se torna difícil de ser acompanhadas. Determinados pontos cruciais ainda restam para ser consolidados, como exemplos: a fixação da área a ser manejada por ano, o estabelecimento da duração da rotação (20-30 anos), a intensidade da coleta e o estabelecimento do diâmetro mínimo de exploração.

A avaliação dos planos de manejo florestal na Amazônia, conduzida em 2001 pelo IBAMA, indica que o Pará é o estado no qual mais existem superfícies manejadas: 176 000 hectares em um total de 605 000 ha para a Amazônia. Além do mais, a taxa de aprovação destes planos de manejo é mais elevada que a média amazônica: 75% contra 56%. A grande maioria dos planos de manejo é constituída por planos ditos de empresa (> 500 hectares) relativos a florestas de “terra firme”.

No Estado do Pará, quatro planos de manejo que totalizam cerca de 250.000 ha foram certificados FSC, desta forma, a certificação na Amazônia continua bastante restrita, já que ela representa aproximadamente 500.000 m³ de madeira dos 28 milhões produzidos a cada ano. Hoje, somente as empresas voltadas para a exportação se interessam por este procedimento; isso devido à demanda do mercado exterior. A Embrapa e a FFT já provêm apoios técnicos considerável a estas empresas.

O difícil problema fundiário

A colonização da Amazônia, incentivada a partir dos anos 70 pelo governo brasileiro, se deu de várias formas:

- Organizada pelos poderes públicos baseados na temática de ocupação do Amazonas, como por exemplo, os assentamentos do INCRA, que distribuiu lotes de 100 ha a cada família ao longo dos principais eixos rodoviários abertos durante este mesmo período de colonização (Transamazônica ou Santarém-Cuiabá BR 163);
- Sob a iniciativa de pessoas particulares cuja principal motivação residia na especulação fundiária;
- De forma espontânea por ocupação das terras pouco ou nada exploradas, caso das invasões de propriedades no Brasil ou das terras devolutas do Estado diante das frentes pioneiras;
- Sob iniciativa de grupos privados que enfrentam hoje um procedimento longo e difícil ligados à incerteza de seus futuros a curto e médio prazo, ao estatuto e à pressão no fundiário.

Paralelamente, as populações, indígenas (ameríndias) ou tradicionais (ribeirinhas, Quilombos) que, em geral, ocupam terras há décadas ou mesmo séculos, não dispõem, na maior parte das vezes, de qualquer título de propriedade.

A grande maioria das propriedades florestais na Amazônia é de pequeno ou médio porte (<1000 ha), o que torna possível uma produção madeireira em períodos curtos; considerando um ciclo de rotação de 30 anos. O Estado restringe o tamanho das propriedades adquiridas em terras públicas a 2500 ha, superfície naturalmente insuficiente para garantir uma produção de madeira de obra em longo prazo, dado às baixas taxas de extração e à duração do ciclo de rotação. As empresas florestais privadas que desejam garantir sua produção em longo prazo estão em constante busca de novas áreas a explorar. Na grande maioria dos casos, as disputas pelas áreas resultam em numerosos conflitos pela terra, por um lado entre empresas, mas também, e, principalmente, entre empresas e populações locais; estes últimos os praticam própria exploração tradicional da madeira, que tende, todavia, a se tornar predadora com equipamentos (serras elétricas, pequenos caminhões) que as serrarias lhes proporcionam, financiados a crédito. Estes conflitos tendem a se desenvolver e a se tornar cada vez mais explosivos, na medida em que justamente os fiscais e vistoriadores do IBAMA se multiplicam, obrigando assim as empresas mostrarem que elas dispõem de terras legalizadas, caso elas desejem ver seu plano de manejo aprovado.

Quadro institucional e ações em andamento

As competências institucionais relativas à floresta

O Ministério do Meio Ambiente, por intermédio de sua Secretaria de Biodiversidade e Florestas, e, principalmente, o Programa Nacional das Florestas, define e coordena a política florestal do Brasil. No campo, a principal função do IBAMA é de implementar e controlar esta política. Em particular, é o IBAMA que está encarregado de analisar, aprovar e instruir todos os planos de manejo florestal e os pedidos de desmatamento. Os estados possuem competência concorrente. A centralização da gestão florestal ainda é grande, no entanto, estados como o Acre e Amazonas têm avançado no recebimento de atribuições anteriormente sob a responsabilidade do IBAMA.

Cooperação internacional para o manejo sustentável da floresta amazônica – O projeto ProManejo

Em matéria de manejo florestal tropical, a essência das ações de cooperação internacional se concentra no âmbito do ProManejo. Este Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (desenvolvimento da sigla), integrado ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), executado pelo IBAMA, foi implantado em 1998, com uma primeira fase prevista até 2003.

Seu objetivo principal é “promover o desenvolvimento e a adoção do manejo florestal sustentável na Amazônia e a redução da oferta de produtos florestais oriundos da exploração predadora, através das ações estratégicas e de experiências pilotos nos sítios prioritários”. O conjunto do projeto é coordenado pelo IBAMA e compreende 4 grandes temas: estudos estratégicos para definição das políticas públicas, apoio e promoção de iniciativas mais promissoras de manejo florestal, desenvolvimento de um sistema operacional piloto de monitoramento de atividades florestais e apoio ao manejo da Floresta Nacional do Tapajós. Para o período de 2003-2006, o ProManejo prevê um orçamento de 2 M de Euros.

No plano da pesquisa aplicada, os esforços das instituições de pesquisa como a Embrapa, mas também de ONGs tais como a Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia), da IFT (Instituto Floresta Tropical) ou de centros de pesquisas internacionais (Cirad-Forêt, CIFOR)¹ contribuem há mais de dez anos para trocar as práticas florestais convencionais (ou seja sem planejamento), que pouco se preocupam com o meio ambiente, contra práticas de manejo sustentável.

¹ Center for International Forestry Research

Os principais projetos ou ações em andamento

- O projeto Bom Manejo OIBT-Embrapa-CIFOR;
- O projeto Ecosilva Cirad – Embrapa – Cikel – UFRA;
- O programa de formação em manejo sustentável da IFT existente há dez anos;
- O programa de pesquisas da AMAZON e IPAM
- O projeto Dendrogene Embrapa-DfiD
- Os projetos de manejo florestal da UE envolvendo o CIRAD, a Embrapa, o Ipam, o GRET e o IIEB.

Diagnóstico global

Apesar de progressos sensíveis nas últimas décadas notadamente em nível da definição de um quadro técnico e institucional adequado, o uso dos recursos florestais na Amazônia brasileira permanece problemático: os modos de exploração atuais carecem de sustentabilidade e a sobrevivência a médio e longo prazo das florestas está em perigo. O quadro abaixo resume os pontos chaves dessa situação.

Progressos sensíveis...	Mas uma situação que continua problemática
<ul style="list-style-type: none">➤ Especificação do quadro técnico e institucional do ordenamento florestal➤ Aumento das superfícies ordenadas➤ Progresso da certificação florestal➤ Comprometimento da sociedade civil e dos poderes públicos brasileiros	<ul style="list-style-type: none">➤ Aumento das superfícies desmatadas➤ A exploração de pelo menos 80% de toras é ilegal➤ Incertezas sobre o futuro das florestas exploradas (capacidade de regeneração, volumes exploráveis, manutenção da biodiversidade...)➤ Pequenas entidades (pequenas empresas ou comunidades isoladas) têm dificuldades em se lançar no manejo florestal sustentável (plano de manejo do tipo IBAMA e/ou certificação)

Características do manejo florestal na Amazônia brasileira

Uma análise mais detalhada das barreiras por ator evidencia os pontos abaixo relacionados. Esses fatores limitantes constituíram a base da elaboração da proposta apresentada.

EMPRESAS	COMUNIDADES	PODERES PÚBLICOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Acesso difícil à terra legalizada sem conflito ➤ Capacidade de investimento insuficiente ➤ Burocracia dos procedimentos 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Capacidades organizacionais reduzidas ➤ Meios financeiros limitados ➤ Falta de experiência na comercialização das madeiras 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ausência de medidas eficientes que favoreçam o manejo face ao desmatamento ➤ Ausência de zoneamento ou de plano de ocupação de solos ➤ Política fundiária indefinida
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conhecimento dos mecanismos (processos e técnicas) de manejo florestal limitado 		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conflitos para a exploração florestal em terras povoadas por comunidades 		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ainda não houve consolidação de um quadro de manejo a nível administrativo, jurídico e técnico. 		

Fatores que limitam a extensão das superfícies florestais manejadas

2.2 Situação Esperada ao Término do Projeto

Como o projeto pode contribuir para resolver os problemas expostos?

Conter as limitações mencionadas no parágrafo precedente requer uma abordagem multidisciplinar, uma visão integrada da cadeia de produção da madeira (agindo-se também na transformação) e muita concertação entre os diferentes atores. **O eixo de trabalho do projeto proposto consiste em favorecer o estabelecimento de relacionamentos contratuais entre as empresas florestais e as comunidades rurais para a elaboração e execução de planos de manejo florestal sustentável e apoio principalmente no estabelecimento de relações justas de comercialização.** De fato, trata-se de um conceito relativamente novo, capaz de auxiliar na solução de várias limitações que restringem o desenvolvimento da gestão comunitária e da gestão responsável pelas empresas. As florestas comunitárias podem aumentar os volumes de madeira acessíveis (de forma legal) para os exploradores florestais de forma significativa e proporcionar uma renda extra e duradoura para aquelas comunidades. Neste caso, essas comunidades podem constituir uma parceria muito útil na proteção da floresta contra o desmatamento, no fornecimento de madeira para empresas, para evitar a prática comum em que os exploradores compram a madeira a preços extremamente baixos ou numa relação de troca por serviços (p.e. construção de estradas). O manejo florestal agrega entre outros benefícios um aumento do valor da floresta e, conseqüentemente, maior renda para os seus beneficiários. A estimativa desses valores está diretamente relacionada com vários fatores como distância dos centros consumidores, espécies, área manejada, população envolvida entre outros.

A redução dos custos de transação resultante da difusão desta nova abordagem vai permitir que a rentabilidade do manejo florestal seja otimizada, reduzindo a lacuna de rentabilidade com a exploração da madeira oriunda do desmatamento.

Por outro lado, a valorização da floresta em pé (área sob manejo) diminuirá um dos incentivos ao desmatamento. Hoje, o desmatamento é a modalidade habitual, e de maior eficiência, de demonstração da apropriação de terras.

As superfícies potencialmente envolvidas são importantes: apenas no Estado do Pará, há vários milhões de hectares. Ao nível da Amazônia, o potencial de replicação do projeto é ainda maior.

Recentemente, diversas iniciativas mostraram que há um clima propício à ampliação dos princípios de manejo florestal sustentável na Amazônia:

- O governo brasileiro assumiu o manejo sustentável da Amazônia como uma de suas prioridades;
- Durante um encontro em fevereiro de 2003, os Ministros francês e brasileiro do Meio Ambiente selecionaram a promoção do manejo florestal sustentável na Amazônia em seu "projeto de acordo de cooperação no campo do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável";
- Os diferentes atores (poderes públicos, ONGs, empreendedores, comunidades) estão abertos ao diálogo.

Mais recentemente, os ministérios do meio ambiente e do desenvolvimento agrário, em colaboração com o INCRA, lançaram um novo plano de reforma agrária que levará em consideração a especificidade regional dos projetos de colonização nas regiões florestadas.

A proposta insere-se na utilização de terras privadas ou públicas sob domínio de comunidades ou produtores familiares. Em especial, a proposta vai trabalhar as famílias de colonos dos assentamentos do INCRA, as populações ribeirinhas e os Quilombos. Desta forma, a proposta não está inclusa diretamente nas áreas estabelecidas pelo Projeto de Lei 4776/05, no entanto, as lições aprendidas e os efeitos demonstrativos poderão atingir outras áreas, caso a referida Lei seja aprovada.

Situação ao início do projeto

Na identificação do projeto, quatro iniciativas de manejo florestal concertado empresas/comunidades foram pré-selecionadas como campos de ação do projeto na região de Santarém:

- A iniciativa "Maflops", a sudoeste de Santarém, que já é operacional e que reúne uma empresa privada (CEMEX), um escritório de estudos privado (Maflops), e associações de colonos em assentamento INCRA;
- A proposta da empresa Curuatinga com as comunidades ribeirinhas de Santarém (concepção em andamento);
- A proposta da SEMAL com os quilombolas (negociações iniciais);
- Os projetos de manejo comunitários apresentados pelo IBAMA e o ProManejo na Flona do Tapajós, incluindo apoio à relação entre comunidades e empresas no projeto Piloto de Manejo Florestal Comunitario Madeireiro da FLONA do Tapajós, especificamente nas áreas de relações ao mercado.

Estes quatro casos apresentam diversas situações e relações entre as comunidades e as empresas (colonos em área INCRA, comunidades tradicionais extrativistas, território comunitário quilombola, comunidades tradicionais na floresta nacional). Assim que o projeto for iniciado, um breve diagnóstico permitirá especificar o estado de andamento das parcerias, as superfícies de florestas envolvidas e seu potencial de produção, o nível de produção e os circuitos de comercialização atuais. O conjunto da cadeia de comercialização/transformação envolvido será analisado. Também será integrados a dimensão "desenvolvimento rural global", através do estudo das atividades agrícolas, extrativistas, de pesca e os modos de organização das comunidades.

Por fim, incluir-se-á um censo das parcerias comunidades/empresas existentes em outras regiões da Amazônia ou das parcerias sobre outros produtos (Gethal em Manicoré, Brasmazon em Belém com os óleos essenciais), fazendo-se breve síntese sobre o estado de andamento.

O projeto terá como papel principal o apoio e o monitoramento das iniciativas selecionadas no âmbito de replicar e estender esse tipo de parceria empresas / comunidades na área do manejo florestal.

O projeto não se propõe a elaborar o Plano de Manejo Florestal. Nas quatro situações já identificadas acima, ou o Plano de Manejo Florestal já existe ou está em fase de preparação. Excepcionalmente, o projeto poderá apoiar e custear alguma atividade do Plano, desde que a mesma esteja relacionada com o bom andamento da proposta em apreço.

As questões da comercialização entre empresas privadas e comunidades será estabelecida através de relação direta. Ou melhor, será evitada a participação de “intermediários”.

Situação ao fim do projeto

O FFEM requer uma estimativa dos benefícios potenciais do projeto nas seguintes áreas:

- Proteção da biodiversidade;
- Combate ao efeito estufa;
- Contribuição ao desenvolvimento;
- Aspecto inovador.

Essa estimativa por item dá uma imagem do impacto geral do projeto e, assim, da situação ao fim dele.

Proteção da biodiversidade

O manejo sustentável dos recursos florestais pode contribuir de forma eficaz para a preservação da biodiversidade das florestas tropicais. Favorecendo-se a parceria empresas/comunidades, o projeto visa propor um sistema de manejo inovador e original, assumindo que a floresta não é apenas uma reserva de madeira, mas também uma fonte de numerosos produtos florestais não-madeireiros que podem ser valorizados e explorados de forma benéfica para o bem das populações. Valorizando-se os recursos florestais, incluindo sua riqueza biológica, por intermédio de sistemas de produção sustentável, o projeto espera, assim, contribuir para uma melhor preservação da biodiversidade.

De um ponto de vista puramente técnico, a elaboração de um plano de manejo, a implementação de novas formas de exploração da floresta e a elaboração de sistemas de produção alternativos de produtos não-madeireiros devem permitir uma melhor visualização e entendimento da biodiversidade no manejo das florestas amazônicas, tendo um impacto positivo na preservação desta biodiversidade. Não é possível expressar este benefício em números; ainda assim, o impacto é potencialmente muito alto; os resultados dessas ações contribuirão para a elaboração de novas regras técnicas e legais de exploração nos planos florestais nacionais (Amazônia legal brasileira) e internacionais (organismos de certificação).

Redução da emissão de CO₂

As ações do projeto contribuirão para auxiliar na redução do efeito estufa em vários níveis:

- Redução das emissões de CO₂ ligadas ao desmatamento, graças ao aumento da proporção das superfícies florestais manejadas versus áreas desmatadas;
- Redução das emissões de CO₂ ligadas aos processos de queima de resíduos florestais, advindos do desmatamento.
- A estimativa do potencial de colaboração das áreas a serem manejadas na redução do efeito estufa, está relacionado com fatores como tipologia florestal e o tamanho das áreas a serem manejadas.

Impacto do projeto em termos de desenvolvimento

Os sistemas de manejo comunitários (ou associativos) florestais podem melhorar as rendas das populações rurais de forma significativa, sendo integrados pelos diversos sistemas de produção que compreendem a agricultura, a pequena criação e a pesca. Neste sentido, eles contribuem para a redução das desigualdades na Amazônia.

Estes sistemas têm por base um uso mais intensivo da mão-de-obra familiar e de uma menor demanda por capital e insumos externos. Finalmente, ao garantir uma complementariedade de interesse entre as empresas florestais e as comunidades, espera-se haver possibilidade de redução das tensões sociais e dos conflitos fundiários, favorecendo, assim, uma "patrimonialização" da floresta.

Aspecto inovador do projeto

Várias abordagens desenvolvidas no âmbito deste projeto garantem seu caráter original e inovador:

- Incentivar um manejo florestal concertado entre empreendedores privados e comunidades, quando há mais uma tendência de oposição entre estes dois tipos de atores;
- A revisão ou a adaptação do âmbito legal e técnico do manejo florestal;
- Uma ação integrada no conjunto da cadeia de produção de madeira, desde o manejo até a comercialização dos produtos de transformação, tomando-se o cuidado de avaliar a viabilidade econômica de todas as etapas.

Utilidade demonstrativa e replicabilidade

A realização das diferentes ações do projeto deverá produzir resultados extrapoláveis a grandes conjuntos geográficos:

- **Amazônia legal brasileira inteira** (cerca de 400 milhões de ha), os resultados podendo ser retomados no plano do Programa Nacional de Florestas (PNF), do IBAMA e dos organismos de certificação (FCS...);
- **Florestas comunitárias da Amazônia brasileira** (alguns milhões de ha); o projeto contribuirá para a definição de diferentes modelos de manejo florestal, conforme a natureza das comunidades (ribeirinhos ou colonos), o tipo de empresa e a dimensão dos territórios envolvidos.

2.3 Descrição do Projeto

O projeto estará articulado em 3 grandes componentes complementares:

- **Definição de um quadro de trabalho** para o manejo florestal concertado empresas/comunidades;
- **Apoios às empresas e comunidades** para a elaboração e execução dos planos de manejo concertado de uso-múltiplo;
- **Monitoramento das experiências e valorização dos resultados.**

O primeiro componente apoiará as iniciativas de parcerias empresa/populações locais, sobretudo através do apoio às comunidades (fortalecimento de sua capacidade de negociação e decisão, campanha de informação sobre as modalidades de associações e cooperativas) e às empresas. Três tipos de comunidades serão considerados: as famílias de colonos dos assentamentos do INCRA, as populações ribeirinhas e os Quilombos.

O segundo componente terá por objetivo propor e validar práticas inovadoras para o manejo sustentável de recursos florestais, levando-se em consideração todas as etapas da produção: desde o plano de manejo até a transformação da madeira. Antes de qualquer coisa, o projeto pretende ser demonstrativo, intervindo principalmente no Estado do Pará e em particular na região de Santarém. Ter escolhido o Estado do Pará é justificado, por mais de um motivo: é o primeiro produtor de madeira amazônica (12 milhões de m³, ou seja, 45% da produção amazônica), tem a maior taxa de desmatamento, fortes tensões no campo fundiário, maior número de empresas florestais responsáveis (certificadas ou em vias de sê-lo).

O terceiro fará esforços para validar e difundir os resultados obtidos de forma que essas experiências possam servir de modelo para outras regiões.

A mediação entre os atores e a adesão ao quadro de trabalho definido condicionarão o sucesso do projeto.

Resumo do projeto

<u>Público alvo:</u>	Empresas e Comunidades
<u>Atividades principais:</u>	Capacitação (negociação, técnicas de bom manejo, técnicas de exploração sustentável...) Diagnósticos, estudos e inventários ligados à elaboração dos planos de manejo Monitoramento e divulgação dos resultados
<u>Resultados esperados:</u>	Definição de um modelo replicável de manejo florestal empresas / comunidades Relação empresas / comunidades estabelecida Elaboração e aprovação dos planos de manejo das iniciativas selecionadas Iniciar a execução dos planos de manejo Divulgar e socializar a informação gerada no projeto através de workshop, fórum e publicações.

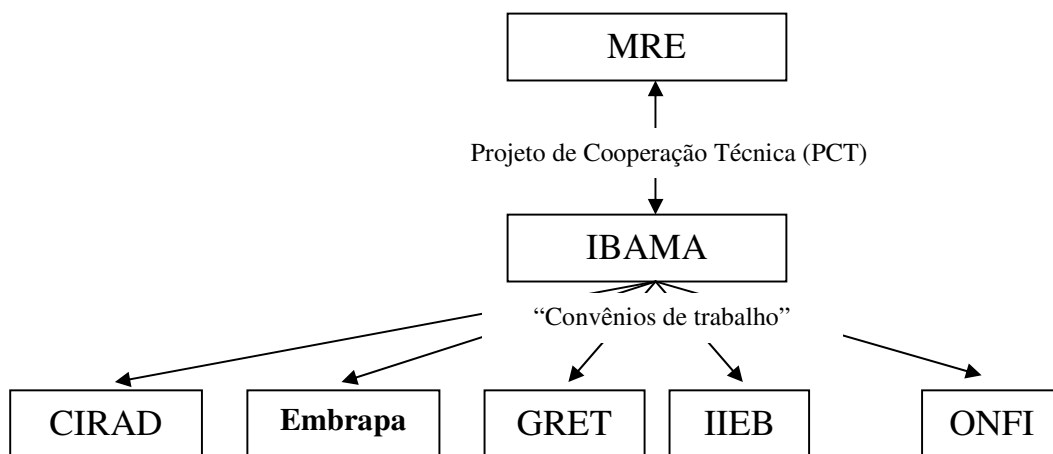
2.4 Quadro Institucional

Organização institucional

O quadro institucional do projeto compreende convênios técnicos e financeiros entre os atores, sempre com um convênio inicial guarda-chuva entre o IBAMA (ou uma entidade ligada a ela) e o FFEM (ou uma entidade ligada a ele).

Organização técnica

O Projeto de Cooperação Técnica indica que o IBAMA e o MRE francês são os interlocutores chaves para o projeto, o MRE sendo representado no Brasil pela Embaixada da França. Além desse documento principal, cada entidade terá que assinar um “convênio de trabalho” (ou uma declaração de trabalho em conjunto) com o IBAMA para esclarecer seu papel no projeto, detalhando suas obrigações e metas.

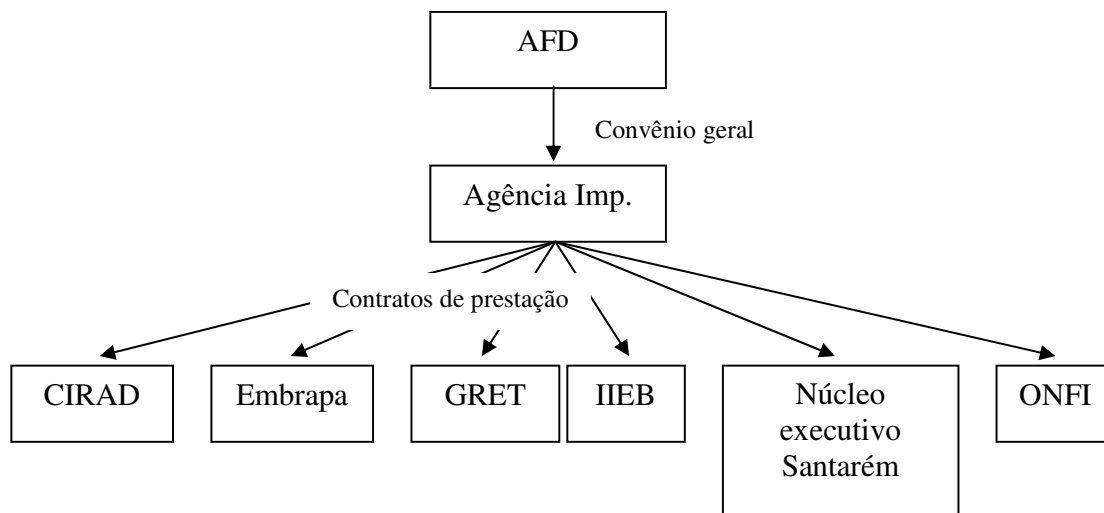


Esquema da organização institucional a nível técnico

Organização financeira

Os projetos FFEM são implementados através de um convênio geral que deve ser assinado entre a AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento), que é o braço financeiro do FFEM (funciona como um “banco”), e o beneficiário principal do projeto. É o beneficiário principal que recebe o financiamento e o reparte entre os parceiros do projeto segundo o plano de trabalho e o orçamento anexado ao convênio.

No presente projeto, será escolhida de comum acordo entre os participantes uma agência implementadora dos recursos advindos do FFEM, que se encarregará de receber o financiamento e repassar os valores para cada entidade. Os valores a receber pelas entidades parceiras constarão no orçamento do projeto anexado ao convênio geral e serão gerenciados por contratos particulares entre esta Agência Implementadora e essas entidades. As contas bancárias da Agência dedicadas ao projeto serão gerenciadas por um sistema de dupla assinatura, com um representante da parte brasileira e um representante da parte francesa.



Esquema da organização institucional a nível financeiro

Organização operacional

No esquema acima, aparece a entidade “núcleo executivo Santarém”: ela representa o centro funcional do projeto. Esse núcleo incluirá a equipe permanente do projeto composta por:

- Um coordenador-geral, nomeado pelo IBAMA;
- Um perito sócio-economista do GRET, a meio período;
- Um técnico florestal;
- Um técnico sócio-economista;
- Um administrador;
- Um assistente do coordenador.

Fora do coordenador-geral (IBAMA) e o perito sócio-economista (GRET), o pessoal será empregado pela Agência Implementadora. A sede da equipe ficará no IBAMA de Santarém, numa sala já disponibilizada pelo órgão. A equipe possuirá meios próprios de funcionamento (veículo, material de computação, material de medição florestal, motosserra, serraria Induspan...). Esse material será repartido ao final do projeto entre o IBAMA-Santarém, as empresas e as comunidades envolvidas.

O projeto será gerenciado por um Comitê de Pilotagem composto das entidades parceiras e de representantes institucionais (Programa Nacional das Florestas...) que se reunirá 2 vezes por ano. O Comitê deverá discutir as orientações do projeto e definir os planos de trabalho anuais. O núcleo executivo de Santarém executará esses planos com o apoio de peritos exteriores. Enfim, o projeto contará também com um “Fórum de debate” que reunirá os principais “stakeholders” (patrocinadores) a nível local (sindicato de madeireiros, representantes de comunidades, INTERPA, CPT, municípios...). O Fórum está previsto para se reunir três vezes ao ano. Ele terá um papel de discussão. Resumindo, o projeto apresentará 3 estruturas operacionais com papel diferenciado:

- O Comitê de Pilotagem: orientação e “**decisão**”;
- O núcleo executivo de Santarém: “**execução**”;
- O Fórum de Santarém: “**discussão**”.

SEÇÃO 3:

OBJETIVOS E RESULTADOS

3.1 Objetivo de Desenvolvimento

- Definir novos modos de manejo dos recursos florestais na Amazônia visando contribuir para a preservação dos ecossistemas, para a preservação de seu estoque de carbono e para o aumento das rendas florestais das populações locais.

3.2 Objetivo Imediato

- Acompanhar, propiciar e apoiar as iniciativas de manejo florestal em parceria empresas/comunidades na Amazônia brasileira;
- Difundir estas práticas de parcerias exemplares, integrando-as às políticas florestais públicas.

3.3 Resultados por componente

Componente 1: definição de um quadro de trabalho para o manejo florestal concertado empresas/comunidades

Partindo-se de um diagnóstico da cadeia produtiva de madeira na região de Santarém, diagnóstico que inclui uma análise de sítios pilotos pré-selecionados, o projeto validará de forma definitiva a escolha dos sítios de ação, elaborará um quadro de mediação entre os atores (empresas, comunidades e poderes públicos) e definirá, por intermédio destas mediações, um quadro completo (técnico, jurídico e econômico) para o manejo florestal concertado empresas/comunidades. A conclusão do diagnóstico integrará recomendações sobre a valorização das florestas que serão difundidas a nível regional.

Componente 2: Capacitação das comunidades e das empresas para a elaboração de planos de manejo a uso-múltiplo concertado.

Este componente constitui o corpo do projeto proposto. Concretamente, ele fundamentará a elaboração e a execução dos planos de manejo por meio de ações de mediação, formação, intercâmbios entre experiências e ações testes. Ele deverá resultar num fortalecimento das capacidades técnicas e financeiras dos atores, para lhes conferir uma autonomia no manejo de seus maciços florestais. Para os 4 sítios pilotos selecionados, o projeto fixa como objetivo elaborar e fazer aprovar planos de manejo e iniciar suas execuções.

Componente 3: monitoramento e valorização dos resultados

Este componente tem por objetivo a produção e a valorização de informações de qualidade no âmbito do projeto. A realização destes objetivos se dará através da implantação de um sistema de monitoramento participativo e de uma estratégia para difundir as informações coletadas no âmbito do projeto. Essa estratégia de difusão constará de diversas publicações, dias de campo, intercâmbios, seminários e capacitações.

SEÇÃO 4:

PLANO DE TRABALHO

4.1 Plano de Trabalho

O plano de trabalho geral atual está organizado por componente, precisando as atividades (cf. quadro abaixo). Existe um nível mais detalhado de apresentação com a repartição dos recursos humanos e materiais que será validado novamente ao início do projeto. O plano de trabalho foi discutido e aprovado pelos parceiros através de várias reuniões, notadamente em outubro de 2004 (Santarém) e janeiro de 2005 (Brasília). Os valores mencionados poderão ser alterados.

Componente 1: definição de um quadro de trabalho para o manejo florestal concertado empresas/comunidades

<u>Valor global:</u>	310 000 € (ou seja, 403 000 USD)
<u>Valor financiamento FFEM:</u>	210 000 € (ou seja, 273 000 USD)
<u>Valor contrapartida:</u>	100 000 € (ou seja, 130 000 USD)

Atividade	Enfoque	Principais atores
1.1. Diagnóstico do setor madeireiro em Santarém - Diagnóstico da cadeia de comercialização / exportação - Estudos de mercado para PFM e PFM - Situação fundiária - Análise e seleção definitiva dos locais de intervenção	Dados secundários Situação geral (INCRA, ITERPA, IBAMA) Situação nos locais de intervenção Nível de organização Situação da exploração / gestão florestal Conjunto das atividades econômicas	GRET, IEB, CIRAD
1.2. Implantação de um Fórum de debate - Criar um espaço de discussão com os patrocinadores ("stakeholder") locais	Acompanhar as experiências Apontar as contradições da legislação Validação das orientações do projeto	GRET, IEB
1.3. Elaboração de um quadro administrativo e jurídico sobre o manejo florestal comunitário - A legislação atual não inclui adequadamente a parceria	Análise do quadro legal atual Propor adequação	Embrapa + apoio jurídico específico
1.4. Definição de diretrizes técnicas para a elaboração dos planos de manejo - Definir o conteúdo técnico dos planos	Zoneamento / definição de áreas frágeis, produtivas... Inventário dos recursos Exploração Acompanhamento	Embrapa, CIRAD
1.5. Elaboração de um quadro financeiro para o manejo - Relacionar e monitorar os custos para elaboração e execução dos planos de manejo	Como repartir os custos e benefícios entre as comunidades e as empresas ? Como financiar as operações ?	Embrapa, CIRAD, GRET

Componente 2: Capacitação das comunidades e das empresas para a elaboração de planos de manejo e uso-múltiplo.

Valor global: 1 890 000 € (ou seja, 2 457 000 USD)

Valor financiamento FFEM: 760 000 € (ou seja, 988 000 USD)

Valor contrapartida: 1 130 000 € (ou seja, 1 469 000 USD)

Atividade	Enfoque	Principais atores
2.1. Fortalecimento das capacidades de organização e de decisão das comunidades e empresas <ul style="list-style-type: none"> - Formalização da gestão coletiva (associações, cooperativas?) - Sensibilização do sindicato dos madeireiros (Assimas) 	Garantir a rentabilidade da exploração madeireira e não-madeireira Sustentabilidade da organização Socialização dos resultados Normas e custos do manejo sustentável	GRET, IEB
2.2. Apoio a investimento produtivo para elaborar e implementar os planos de manejo	Identificação das necessidades Estudo das fontes de recursos Financiamento direto do projeto	GRET, IEB, Embrapa
2.3. Acompanhamento e formação / capacitação para o manejo <ul style="list-style-type: none"> - Plano de manejo aos vários níveis de intervenção, madeireiro e não-madeireiro - Experimentação 	Realização dos inventários dos recursos florestais (madeireiros e não-madeireiros) Realização dos planos, da exploração Técnicas de silvicultura	CIRAD, Embrapa
2.4. Melhoramento dos rendimentos de transformação <ul style="list-style-type: none"> - Estudo a análise dos rendimentos na região de Santarém - Recomendações 	Primeira transformação e geração de energia	CIRAD, Embrapa
2.5. Apoio à certificação <ul style="list-style-type: none"> - Seminário de sensibilização - Promoção de intercâmbios para comercialização e exportação (Grupo Pro-Forêts) 	Apresentar os sistemas de certificação existentes Levar em conta o rendimento da transformação nos critérios de certificação	CIRAD, Embrapa, GRET

Componente 3: monitoramento e valorização dos resultados

Valor global: 980 000 € (ou seja, 1 274 000 USD)

Valor financiamento FFEM: 410 000 € (ou seja, 533 000 USD)

Valor contrapartida: 570 000 € (ou seja, 741 000 USD)

Atividade	Enfoque	Principais atores
3.1. Monitoramento econômico	Elaboração do manejo Execução do manejo Comercialização dos produtos	Embrapa, CIRAD, GRET, Assimas

Atividade	Enfoque	Principais atores
3.2. Monitoramento da biodiversidade - Análise das parcelas permanentes exploradas (Flona Tapajós) - Definição e implementação de um sistema de monitoramento		Embrapa, CIRAD
3.3. Monitoramento dos processos organizativos - Processos de negociação e mediação	Elaboração de fichas Manual de gestão em parceria	IEB, GRET
3.4. Divulgação dos resultados - Seminário, manual, publicações - Sensibilização da opinião pública	Contribuição à elaboração de uma política florestal regional Articulação com o PNF Reforço da parceria com o Basa	IEB, GRET, CIRAD, Embrapa

4.2 Indicadores e Meios de Verificação

Os indicadores e meios de verificação se deduzem dos objetivos e resultados mencionados no capítulo 3. Podemos destacar como indicadores:

- A elaboração dos planos de manejo florestal;
- O protocolo dos planos de manejo florestal ao IBAMA;
- A aprovação dos planos pelo IBAMA;
- O início da execução dos planos;
- A divulgação dos estudos e das ações realizadas no projeto.

4.3 Cronograma de Execução

O projeto deverá ser executado de setembro 2005 a fevereiro de 2008. O cronograma indicativo de execução das atividades está apresentado abaixo.

Atividades	2005	2006		2007		2008
	Sem 2	Sem 1	Sem 2	Sem 1	Sem 2	Sem 1
1.1 Diagnóstico do setor madeireiro						
1.2 Implantação de um Fórum de debate						
1.3 Elaboração de um quadro administrativo						
1.4 Definição de diretrizes técnicas						
1.5 Elaboração de um quadro financeiro						
2.1 Fortalecimento das capacidades						
2.2 Apoio a investimento produtivo						
2.3 Acompanhamento e formação / capacitação						
2.4 Melhoramento dos rendimentos						
2.5 Apoio à certificação						
3.1 Monitoramento econômico						
3.2 Monitoramento da biodiversidade						
3.3 Monitoramento dos processos organizativos						
3.4 Divulgação dos resultados						

SEÇÃO 5:

COOPERAÇÃO EXTERNA SOLICITADA

5.1 Justificativa para Escolha da Fonte Externa

O FFEM atua como co-financiador em projetos de manejo sustentável de recursos naturais. Pode-se considerá-lo como o “GEF francês”. Ele vem atuando há vários anos com eficiência comprovada. Já realizou vários projetos no Brasil (Amapá, Pantanal...). Neste caso, o FFEM irá trazer um financiamento de 1 380 k€. Segue abaixo a distribuição desse valor entre as entidades participantes: A presença do FFEM permite acrescentar ao projeto, orçamento notável ao nível de liquidez, e possibilita uma visibilidade internacional ao projeto.

	FFEM (k€)	%
Nucleo Santarem / IBAMA	518	38%
CIRAD	250	18%
Embrapa	180	13%
GRET	155	11%
IIEB	129	9%
ONFI	79	6%
AFD	69	5%
PNF		0%
Total	1 380	100%

Nesse valor de 1 380 k€, vale ressaltar que 553 k€ (ou seja, 40%) serão direcionados a parceiros externos (CIRAD+GRET+ONFI+AFD) e a maior parte, cerca de 827 k€, (ou seja, 60%) irá a parceiros brasileiros (IBAMA, Embrapa, IEB).

5.2 Peritos para Prestação de Consultoria

A execução do projeto vai necessitar da intervenção de peritos externos de curto e longo prazo. Serão profissionais específicos ligados a temas do projeto. Esses peritos já possuem experiência consistente em trabalhos desenvolvidos no Brasil. A relação desses peritos externos consta abaixo:

Entidade	Nome	Perfil	Meses FFEM	Meses Contrap.	Total meses
CIRAD	Plinio Sist (francês)	Ecólogo florestal	10	11	21
	Carmen Garcia (espanhola)	Biologia tropical, Plano uso-múltiplo	20	0	20
	Cristina Herrero (espanhola)	Ecologia tropical, Produtos florestais	0	36	36
GRET	Philippe Sablayrolles (francês)	Agrônomo sócio-economista	18	3	21
TOTAL			48	50	98

Relação dos peritos externos de longo prazo

Entidade	Nome	Perfil	Meses FFEM	Meses Contrap.	Total meses
CIRAD	A definir	A definir	3	0	3
GRET	Christian Castellanet (francês)	Agrônomo sócio-economista	1	0	1
ONFI	Ambroise Graffin (francês)	Engenheiro Florestal	3	3	6
ONFI	Yves-Marie Gardette (francês)	Economista florestal	3	0	3
TOTAL			10	3	13

Relação dos peritos externos de curto prazo

5.3 Treinamento

O treinamento ou a capacitação tem um papel importante dentro o projeto. Ele representa entre 5 e 10% do orçamento do FFEM. Pode-se destacar três públicos alvos:

- **A equipe do projeto** (cf. item 2.4) que vai ser capacitada para adequar suas práticas profissionais às especificidades dos atores principais (empresas e comunidades);
- **As comunidades** que devem fortalecer suas capacidades de se organizar e negociar;
- **As empresas** que visam a instalar relações duradoras e equilibradas com as comunidades vizinhas.

5.4 Equipamentos

O projeto prevê 10% do financiamento do FFEM para compra de material (ou seja, # 138 k€). A relação do material compreende basicamente:

- Pequeno material de exploração florestal para as comunidades (motosseras, unidade de secagem, serra portátil...) (# 60 k€);
- Veículos, 4 x 4 e motos (# 50 k€);
- Material de medição florestal e computadores (# 30 k€).

Ao fim do projeto, o pequeno material de exploração será doado às comunidades. Os veículos e computadores de uso de Santarém ficarão com o IBAMA. Os computadores ficarão com seus usuários (parceiros do projeto).

5.5 Custo Estimado da Cooperação Solicitada

Lembra-se que o custo estimado global da cooperação solicitada é de 1 380 k€ (ou seja, 1,794 kUSD). A maior parte desse financiamento será usada em recursos humanos, como o mostra o quadro abaixo. Pode-se, também, verificar que o item equipamentos (material) está bem abaixo do valor limite de 50%: ele atinge somente 10% do financiamento FFEM.

Item	%
Recursos humanos	46
Funcionamento	10
Material	10
Administração	9
Eventos / Divulgação	8
Diárias	6
Imprevistos	5
Passagens aéreas	3
Capacitação ²	3
Total	100

Síntese financeira por rubrica (financiamento FFEM)

SEÇÃO 6:

CONTRAPARTIDA OFERECIDA

O valor global das contrapartidas alcança 1 800 k€. O IBAMA, a instituição executora, representa 56% do total das contrapartidas. Os parceiros externos participam com 12% das contrapartidas.

	Contrap. (k€)	%
Nucleo Santarem / IBAMA	1 010	56%
Embrapa	400	22%
CIRAD	150	8%
IIEB	130	7%
PNF	50	3%
GRET	30	2%
ONFI	30	2%
AFD		0%
Total	1 800	100%

Resumo das contrapartidas oferecidas

² Uma parte da capacitação consta também no item recursos humanos.

6.1 Pessoal

Entidade	Nome	Perfil	Meses Contrapartida
IBAMA	A selecionar	Eng. Florestal – Coord. Geral do projeto	36
	Viviane Gonçalves	Coord. Flonas	3
	Waldir Ferreira Quirino	Perito madeira	3
	Antonio Carlos Hummel	Eng. Florestal – Dir Florestas	2
	Marco Antonio Capparelli	Assessor Internacional	2
Embrapa	Natalino Silva	Perito legislação florestal	12
	Osmar De Aguiar	Perito madeira	10
	Giorgio Venturieri	Biólogo	6
	Regina Celia	Botânica	12
	A definir	Técnicos botânicos	12
PNF	A definir	Divulgação dos resultados	7
	A definir	Análise dos resultados	3
	Joberto Freitas	Participação ao Comitê	3
TOTAL			111

Relação dos peritos constando nas contrapartidas

6.2 Treinamento

O IBAMA, por meio do programa ProManejo prevê vários cursos e treinamentos nas áreas do projeto. As equipes técnicas do projeto, representantes das empresas e comunidades terão acesso a essas atividades. Foram selecionados os seguintes cursos (cf. detalhe do programa ProManejo):

- Exploração madeireira a baixo impacto;
- Geração de renda possível com o manejo florestal comunitário;
- Valorização das espécies copaíba e andiroba (produtos florestais não-madeireiros);
- Marchetaria;
- Produção de móveis;
- Manejo florestal;
- Gestão financeira de propriedade rural.

O orçamento global previsto para esses cursos é de 429 k€ (ou seja 558 k USD).

6.3 Material Permanente

Não está prevista a compra de material pela instituição proponente (IBAMA). A compra de material será feita com o financiamento do FFEM (cf. item 5.4).

6.4 Obras e Instalações

O IBAMA Santarém disponibilizará uma sala no seu edifício em Santarém. A manutenção desse local ficará a cargo do projeto.

6.5 Custo Estimado da Contrapartida Oferecida

Apresenta-se, no quadro abaixo, a repartição das contrapartidas por rubrica. A repartição específica do IBAMA, instituição proponente, segue as mesmas proporções: a maior parte das contrapartidas corresponde a recursos humanos.

Item	%
Recursos humanos	84
Funcionamento	15
Diárias	0,5
Passagens aéreas	0,5
Total	100

Resumo contrapartidas por rubrica

6.7 Demonstrativo das Contribuições Financeiras

O quadro abaixo apresenta uma síntese por rubrica do orçamento, separando o financiamento FFEM e as contrapartidas. Verifica-se que as contrapartidas são superiores ao financiamento FFEM: 57% contra 43%. Pode-se também observar a predominância dos recursos humanos no orçamento global. Por fim, ressalta-se que parte do item capacitação está incluída no item recursos humanos.

	FFEM (k€)	%	Contrap. (k€)	%	Total (k€)	%
Recursos humanos	635	46%	1 512	84%	2 147	69%
Funcionamento	138	10%	270	15%	408	13%
Material	138	10%			138	4%
Eventos / Divulgação	110	8%			110	4%
Administração	124	9%			124	4%
Diárias	83	6%	9	0,5%	92	3%
Passagens aéreas	41	3%	9	0,5%	50	2%
Capacitação	41	3%			40	1%
Imprevistos	69	5%				
Total	1 380	100%	1 800	100%	3 110	100%

Síntese financeira do financiamento FFEM e das contrapartidas